

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.087 - MT (2013/0290454-9)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
AGRAVANTE : **ADRIANA CRISTINA MASOTTI E OUTRO**
ADVOGADOS : **ARIANA VIEIRA NUNES CAIXETA E OUTRO(S)**
FERNANDO AUGUSTO DIAS
WAGNER PETER KRAINER JOSÉ E OUTRO(S)
AGRAVADO : **MARIA ESTELA NASSER DE ALBUQUERQUE VIANNA**
ADVOGADO : **DANIELA MARQUES ECHEVERRIA**

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. TESTAMENTO PARTICULAR. VONTADE DO TESTADOR MANTIDA. VÍCIOS FORMAIS AFASTADOS. CAPACIDADE MENTAL RECONHECIDA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. REVISÃO DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Na elaboração de testamento particular, é possível flexibilizar as formalidades prescritas em lei na hipótese em que o documento foi assinado pelo testador e por três testemunhas idôneas.

2. Ao se examinar o ato de disposição de última vontade, deve-se sempre privilegiar a busca pela real intenção do testador a respeito de seus bens, feita de forma livre, consciente e espontânea, atestada sua capacidade mental para o ato. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

3. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

4. Agravo regimental desprovido.

ACÓRDÃO

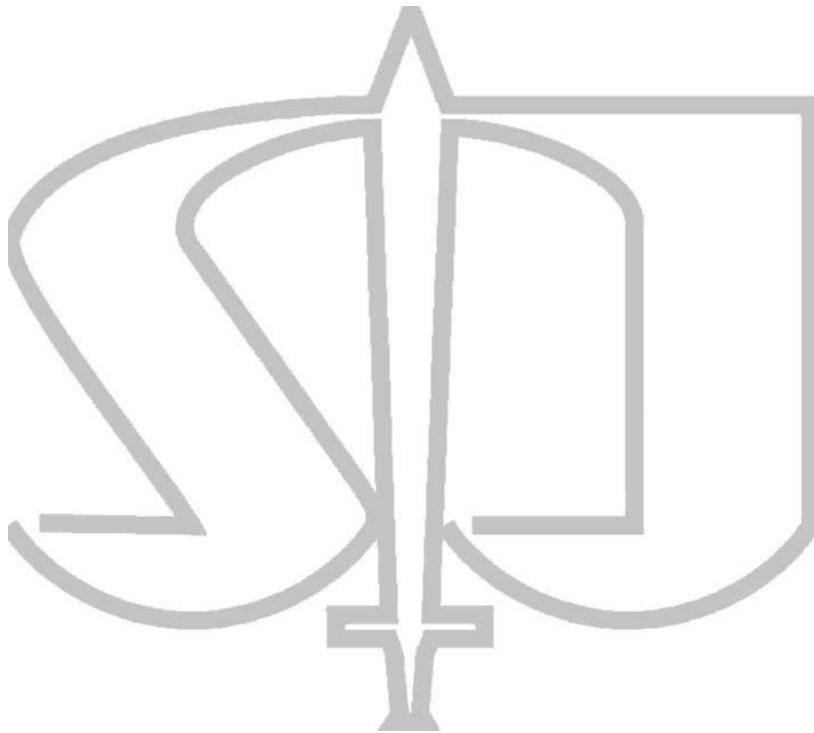
Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva (Presidente), Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 06 de agosto de 2015(Data do Julgamento)

Superior Tribunal de Justiça

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Relator



Superior Tribunal de Justiça

AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.401.087 - MT (2013/0290454-9)

RELATOR : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**
AGRAVANTE : **ADRIANA CRISTINA MASOTTI E OUTRO**
ADVOGADOS : **ARIANA VIEIRA NUNES CAIXETA E OUTRO(S)**
FERNANDO AUGUSTO DIAS
WAGNER PETER KRAINER JOSÉ E OUTRO(S)
AGRAVADO : **MARIA ESTELA NASSER DE ALBUQUERQUE VIANNA**
ADVOGADO : **DANIELA MARQUES ECHEVERRIA**

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA:

Trata-se de agravo regimental interposto por ADRIANA CRISTINA MASOTTI e OUTRO contra decisão que restou assim ementada:

"RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. TESTAMENTO PARTICULAR. VONTADE DO TESTADOR MANTIDA. VÍCIOS FORMAIS AFASTADOS. CAPACIDADE MENTAL. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ.

1. Na elaboração de testamento particular, é possível flexibilizar as formalidades prescritas em lei na hipótese em que o documento foi assinado pelo testador e por três testemunhas idôneas.

2. Ao se examinar o ato de disposição de última vontade, deve-se sempre privilegiar a busca pela real intenção do testador a respeito de seus bens, feita de forma livre, consciente e espontânea, atestada sua capacidade mental para o ato. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

3. Recurso especial não conhecido."

A parte busca impugnar os fundamentos do *decisum* agravado, sustentando, inicialmente, que, dos paradigmas indicados, apenas um diz respeito a testamento particular; os demais referem-se a testamento público.

Afirma que o testador estava internado em UTI cardiológica e que sua condição física e mental era fragílisma, expondo, a respeito dessas condições, a fundamentação do voto vogal de desembargador vencido (fls. 831/832). Em reforço de sua tese, transcreve trechos do parecer do Ministério Público estadual (fls. 832/833).

Busca ainda demonstrar os efeitos das medicações ingeridas pelo testador, aduzindo o seguinte:

"Assim a convicção lançada pelo MM. Juiz de primeiro grau , e ratificada pelo V. acórdão recorrido , de que o 'TESTADOR O TEMPO TODO ESTEVE LÚCIDO , NA DATA DA ASSINATURA DO TESTAMENTO' (03/05/2010), há que ser acolhida com 'extrema reserva' posto que as testemunhas instrumentárias (advogados: WELLINGTON RODRIGUES DE ANDRADE, FERNANDO RODRIGUES

Superior Tribunal de Justiça

BAENA CASTILLO, e DANIELA PAES MOREIRA SAMANIEGO) disseram que no ato solene, realizando no âmbito da UTI, somente elas se faziam presentes, conjuntamente à advogada redatora do "TESTAMENTO PARTICULAR" (fl. 834).

Tece considerações acerca das normas da Anvisa, do Conselho Federal de Medicina (CFM) e das unidades de terapia intensiva, insurgindo-se contra as testemunhas e contra o fato de se tratar de testamento particular redigido e lido pela advogada Daniela Marques Echeverria, o que representa ofensa ao disposto no art. 1.876 do Código Civil.

Defende que os precedentes constantes no julgado monocrático não têm base fática semelhante à dos autos e que o REsp n. 1.444.867/DF apresenta tese que lhe é favorável, relativa à invalidade do testamento. Também cita trechos de votos de Ministros do STJ em julgados que enumera.

Requer a reconsideração da decisão.

A parte adversa apresenta impugnação (fls. 872/926), ocasião em que requer o desprovemento do apelo especial.

É o relatório.

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. TESTAMENTO PARTICULAR. VONTADE DO TESTADOR MANTIDA. VÍCIOS FORMAIS AFASTADOS. CAPACIDADE MENTAL RECONHECIDA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. REVISÃO DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Na elaboração de testamento particular, é possível flexibilizar as formalidades prescritas em lei na hipótese em que o documento foi assinado pelo testador e por três testemunhas idôneas.

2. Ao se examinar o ato de disposição de última vontade, deve-se sempre privilegiar a busca pela real intenção do testador a respeito de seus bens, feita de forma livre, consciente e espontânea, atestada sua capacidade mental para o ato. Incidência da Súmula n. 83/STJ.

3. Incide a Súmula n. 7 do STJ na hipótese em que o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclama a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

4. Agravo regimental desprovido.

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (Relator):

A irresignação não reúne condições de êxito.

A parte nada trouxe que pudesse justificar o provimento do agravo regimental, não conseguindo demonstrar haver erro de interpretação da legislação federal na decisão agravada.

Com efeito, verifica-se que a questão que deu origem ao presente recurso foi assim exposta pelo voto condutor do acórdão:

"In casu, depreende-se dos autos, em especial do depoimento firmado pelas testemunhas que acompanharam a formalização do testamento, que o documento foi digitado pela advogada Daniela Echeverria, a pedido do testador, e lido por ela no leito da UTI perante este e três testemunhas: Daniela Samaniego, Fernando Castilho e Wellington Andrade.

Em ato contínuo, o testador ratificou a sua vontade rubricando o testamento, sendo acompanhado pelas referidas testemunhas (fls. 33/38 e 70/72-apenso)."

O juiz da causa, em sentença de fls. 375/385, após análise de toda a prova existente

Superior Tribunal de Justiça

na demanda, confirmou o testamento e determinou seu registro e cumprimento.

Por sua vez, no julgamento da apelação, o Tribunal de origem manteve a sentença e, contrariamente ao parecer do órgão ministerial, reconheceu a validade do testamento particular, apoiando-se nos seguintes fundamentos:

- "[...] que a jurisprudência tem aconselhado o afastamento da interpretação literal da regra legal, quando o instrumento expressa realmente a vontade do testador, que o confirma de modo lúcido perante testemunhas idôneas" (fl. 535).

- "[...] estando as provas a assegurar que o documento é original e autêntico, feito por quem tinha capacidade para tal, e produzido em consonância com as formalidades principais da lei de regência, não há razão para se declarar a invalidade do testamento elaborado em situação extrema pelo testador" (fl. 537).

- "As particularidades deste caso denotam com muita clareza que o intuito do testador não era outro que não beneficiar a sua então esposa, com quem conviveu ao longo de 27 anos (fl. 42/v) e tiveram três filhos.

Ora, se o testador optou por beneficiar sua esposa em sua disposição de última vontade, prestigiando o núcleo familiar atual, em detrimento dos apelantes, que são fruto de seu primeiro casamento, não cabe a este julgador romper ou substituir a sua opção, repito, confirmada de modo lúcido perante testemunhas.

Vale a pena salientar que os apelantes não sustentam a existência de vícios na vontade do testador (erro, dolo ou coação), questionando apenas a sua capacidade de testar, aduzindo que o mesmo não gozava de lucidez necessária para firmar o testamento.

Sob este prisma, destaco que mesmo internado em UTI e fazendo uso de medicamento, o autor estava lúcido, com pleno discernimento para celebrar em 03.5.2010 o referido ato jurídico" (fls. 537/538).

- "Deste modo, restando demonstrado o inequívoco respeito a vontade do testador, conforme se infere da prova produzida, sem que a alegada irregularidade pudesse autorizar o acolhimento da pretensão anulatória, impõe-se a confirmação do testamento, com consonância com o art. 1.133, do CPC" (fl. 540).

Cumprido afirmar, desde logo, que a pretensão da parte ora recorrente de alterar o entendimento do Tribunal de origem quanto à condição normal do testador no momento do ato que procura invalidar somente é possível com o exame do material probatório produzido na demanda, procedimento que encontra óbice na Súmula n. 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Quanto ao mérito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que, na elaboração de testamento particular, é possível flexibilizar as formalidades prescritas em lei na hipótese em que o documento foi assinado pelo testador e por três

Superior Tribunal de Justiça

testemunhas idôneas.

Ao se examinar o ato de disposição de última vontade, deve-se sempre privilegiar a busca pela real intenção do testador a respeito de seus bens, feita de forma livre, consciente e espontânea, atestada sua capacidade mental para o ato.

A respeito da questão, menciono os seguintes julgados:

"RECURSO ESPECIAL. TESTAMENTO PARTICULAR. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ARTIGOS 458 E 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ATO JURÍDICO PERFEITO. OFENSA NÃO CONFIGURADA. ASSINATURA DO TESTADOR. REQUISITO ESSENCIAL DE VALIDADE. ABRANDAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cuida-se de procedimento especial de jurisdição voluntária consubstanciado em pedido de abertura e registro de testamento particular.

2. Cinge-se a controvérsia a determinar se pode subsistir o testamento particular formalizado sem todos os requisitos exigidos pela legislação de regência, no caso, a assinatura do testador e a leitura perante as testemunhas.

3. A jurisprudência desta Corte tem flexibilizado as formalidades prescritas em lei no tocante às testemunhas do testamento particular quando o documento tiver sido escrito e assinado pelo testador e as demais circunstâncias do autos indicarem que o ato reflete a vontade do testador.

4. No caso dos autos, o testamento é apócrifo, não sendo, portanto, possível concluir, de modo seguro, que o testamento redigido de próprio punho exprime a real vontade do testador.

5. Recurso especial provido." (REsp n. 1.444.867/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 31/10/2014.)

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. TESTAMENTO PARTICULAR. ASSINADO POR QUATRO TESTEMUNHAS E CONFIRMADO EM AUDIÊNCIA POR TRÊS DELAS. VALIDADE DO ATO. INTERPRETAÇÃO CONSENTÂNEA COM A DOCTRINA E COM O NOVO CÓDIGO CIVIL, ARTIGO 1.876, §§ 1º e 2º. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

1. Testamento particular. Artigo 1.645, II do CPC. Interpretação: Ainda que seja imprescindível o cumprimento das formalidades legais a fim de preservar a segurança, a veracidade e legitimidade do ato praticado, deve se interpretar o texto legal com vistas à finalidade por ele colimada. Na hipótese vertente, o testamento particular foi digitado e assinado por quatro testemunhas, das quais três o confirmaram em audiência de instrução e julgamento. Não há, pois, motivo para tê-lo por inválido, 2. Interpretação consentânea com a doutrina e com o novo código civil, artigo 1.876, §§ 1º e 2º.

A leitura dos preceitos insertos nos artigos 1.133 do CPC e 1.648 CC/1916 deve conduzir à uma exegese mais flexível do artigo 1.645 do CC/1916, confirmada inclusive, pelo Novo Código Civil cujo artigo 1.876, §§ 1º e 2º, dispõe: 'o testamento, ato de disposição de última vontade, não pode ser invalidado sob alegativa de preterição de formalidade essencial, pois não pairam dúvidas que o documento foi firmado pela testadora de forma consciente e no uso pleno de sua capacidade mental'. Precedentes deste STJ.

3. Recurso especial conhecido e provido." (REsp n. 701.917/SP, relator

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/3/2010.)

"RECURSO ESPECIAL. TESTAMENTO PARTICULAR. VALIDADE. ABRANDAMENTO DO RIGOR FORMAL. RECONHECIMENTO PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM DA MANIFESTAÇÃO LIVRE DE VONTADE DO TESTADOR E DE SUA CAPACIDADE MENTAL. REAPRECIÇÃO PROBATÓRIA. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

I - A reapreciação das provas que nortearam o acórdão hostilizado é vedada nesta Corte, à luz do enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

II - Não há falar em nulidade do ato de disposição de última vontade (testamento particular), apontando-se preterição de formalidade essencial (leitura do testamento perante as três testemunhas), quando as provas dos autos confirmam, de forma inequívoca, que o documento foi firmado pelo próprio testador, por livre e espontânea vontade, e por três testemunhas idôneas, não pairando qualquer dúvida quanto à capacidade mental do de cujus, no momento do ato. O rigor formal deve ceder ante a necessidade de se atender à finalidade do ato, regularmente praticado pelo testador.

Recurso especial não conhecido, com ressalva quanto à terminologia." (REsp n. 828.616/MG, relator Ministro Castro Filho, Terceira Turma, DJ de 23/10/2006.)

"DIREITO CIVIL - TESTAMENTO PARTICULAR (LEGITIMIDADE).

I - HIPOTESE EM QUE ESCRITO SOB DITADO DO TESTADOR, NÃO HAVENDO DUVIDA DE QUE SUBSCRITO PELO AUTOR DAS DECLARAÇÕES. VALIDADE RECONHECIDA, COM AFASTAMENTO DA INTERPRETAÇÃO LITERAL DO ART. 1.645 DO CC.

II - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO." (REsp n. 89.995/RS, relator Ministro Waldemar Zveiter, Terceira Turma, DJ de 26/5/1997.)

Não obstante haja, no *decisum* monocrático, precedentes relacionados à hipótese de testamento público, verifica-se que o entendimento também é aplicável ao testamento particular.

Ademais, adota-se a tese, não os fatos, que são intrínsecos e dizem respeito a cada uma das causas em particular, motivo pelo qual não é possível a invalidação do testamento, como ocorreu no primeiro dos julgados acima citados, que, por sinal, diz respeito à hipótese de documento apócrifo, que não é a dos autos, conforme se anotou na origem, nestes termos:

"*In casu*, depreende-se dos autos, em especial do depoimento firmado pelas testemunhas que acompanharam a formalização do testamento, que o documento foi digitado pela advogada Daniela Echeverria, a pedido do testador, e lido por ela no leito da UTI, perante este e três testemunhas: Daniela Samaniego, Fernando Castilho e Wellington Andrade.

Em ato contínuo, o testador ratificou a sua vontade rubricando o testamento, sendo acompanhado pelas referidas testemunhas (fls. 33/38 e 70/72-apenso).

Se interpretarmos o referido dispositivo de forma literal ou meramente gramatical, certamente concluiria que o testamento em comento não preenche todos os requisitos formais, pois redigido e lido pela procuradora do testador a seu rogo.

Entretanto, entendo que exigir neste caso concreto que o testador, internado em

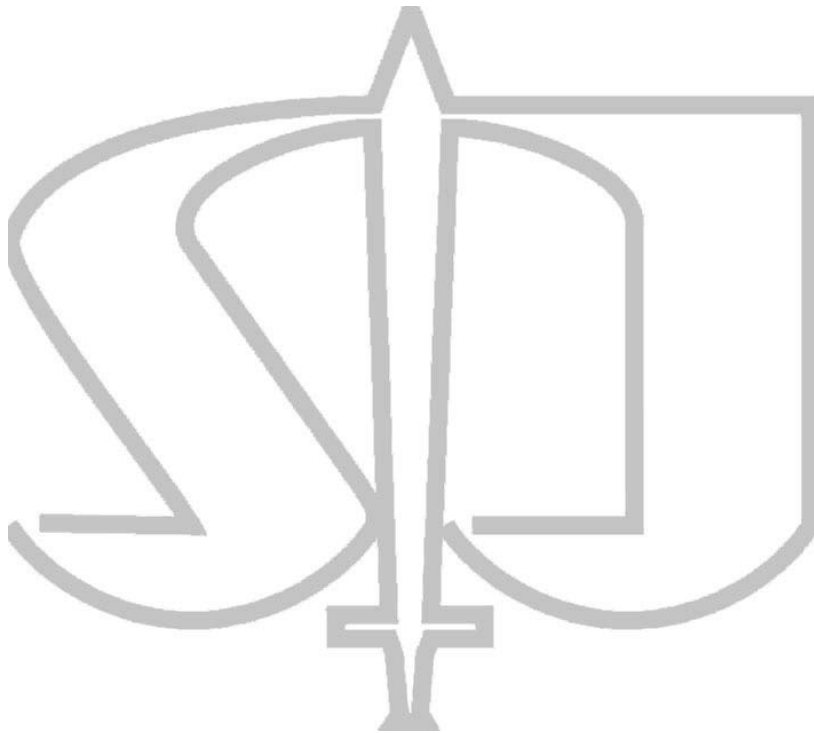
Superior Tribunal de Justiça

leito de UTI, realize os atos físicos de redigir 06 laudas, e as ler na íntegra perante três testemunhas, fere a lógica do razoável, além inviabilizar a realização do referido ato, por exigir do enfermo esforço desmedido que pode ser facilmente suprido por pessoa de sua confiança, como o foi.

Por isso, cuidando de testamento particular, acertadamente a jurisprudência tem aconselhado o afastamento da interpretação literal da regra legal, quando o instrumento expressa realmente a vontade do testador, que o confirma de modo lúcido perante testemunhas idôneas" (fl. 535).

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

É como voto.



**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA TURMA**

Número Registro: 2013/0290454-9 **AgRg no**
PROCESSO ELETRÔNICO REsp 1.401.087 / MT

Números Origem: 1387952012 328172012 376745720108110041 42832013 455469 703052

EM MESA

JULGADO: 06/08/2015

Relator

Exmo. Sr. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. **MÔNICA NICIDA GARCIA**

Secretária

Bela. **MARIA AUXILIADORA RAMALHO DA ROCHA**

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : ADRIANA CRISTINA MASOTTI E OUTRO
ADVOGADOS : WAGNER PETER KRAINER JOSÉ E OUTRO(S)
FERNANDO AUGUSTO DIAS
ADVOGADOS : ARIANA VIEIRA NUNES CAIXETA E OUTRO(S)
NILSON PORTELA FERREIRA E OUTRO(S)
RECORRIDO : MARIA ESTELA NASSER DE ALBUQUERQUE VIANNA
ADVOGADOS : DANIELA MARQUES ECHEVERRIA
RAPHAEL FERNANDES FABRINI
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR E OUTRO(S)
ADVOGADA : FRANCINE GOMES PAVEZI

ASSUNTO: DIREITO CIVIL - Sucessões - Nulidade e Anulação de Testamento

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE : ADRIANA CRISTINA MASOTTI E OUTRO
ADVOGADOS : WAGNER PETER KRAINER JOSÉ E OUTRO(S)
FERNANDO AUGUSTO DIAS
ARIANA VIEIRA NUNES CAIXETA E OUTRO(S)
AGRAVADO : MARIA ESTELA NASSER DE ALBUQUERQUE VIANNA
ADVOGADO : DANIELA MARQUES ECHEVERRIA

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a) Relator(a).

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva (Presidente), Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.